

# **Principais Mudanças no Padrão de Consumo das Famílias Brasileiras no período 2003-2009**

**Autora: Rosa Marina Soares Dória<sup>1</sup>**

## **Resumo:**

O artigo se propõe a mostrar as principais transformações no padrão de consumo das famílias brasileiras que o processo de redistribuição de renda em favor das famílias mais pobres produziu na última década. Comparando as duas últimas edições da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF IBGE), que ocorreram em 2002/2003 e em 2008/2009, serão observadas a evolução das diferenças entre faixas de renda e separações regionais na distribuição das despesas em categorias e na participação nos mercados.

**Palavras chave:** Padrões de consumo, Consumo de Massas, Distribuição de Renda

**Área:** História Econômica e Economia Brasileira

**Sub-área:** Economia Brasileira Contemporânea

**Abstract:** This work intends to investigate which changes in the consumption pattern of Brazilian families did the income distribution process in benefit of the poorest families produced in the last decade. Comparing the two last editions of national Research of the Families Budgets (POF- IBGE), which occurred in 2002/2003 and 2008/2009, it will show the evolution of the differences amongst regional sections and income brackets in the distribution of spendings in categories and share in markets.

**Key Words:** Consumption Patterns, Mass Consumption, Income Distribution

## **1. Introdução**

A distribuição de renda no Brasil é historicamente desigual. Entretanto, nos anos 2000, a desigualdade caiu consideravelmente, embora em termos absolutos ainda se mantenha elevada. Como evidência, durante todo o período compreendido entre 2001 e 2009, o índice de Gini manteve-se em queda, passando de 0,596 para 0,543, embora continue em um nível absoluto alto. Essa melhoria distributiva se deve, sobretudo, aos ganhos de renda das famílias mais pobres: observando a parcela da renda das famílias apropriada por faixa de renda, no

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Economia da UFRJ

mesmo período, a participação dos 50% mais pobres cresceu consideravelmente, enquanto a faixa dos 10% mais ricos perdeu participação (PNAD-IBGE).

A redistribuição de renda foi provocada principalmente por dois fatores: por um lado, o crescimento econômico regular levou ao aumento das contratações formais nos postos de salário base. Por outro lado, o Governo Federal expandiu o alcance de seus programas de transferência de renda (essencialmente o Bolsa Família) e valorizou o salário mínimo. Também se praticou uma política de expansão do crédito, que também vez foi impulsionada pela valorização do salário mínimo e do aumento da formalização no mercado de trabalho.

Para as famílias que se beneficiaram desse processo de redistribuição, o aumento da renda provocou a expansão do consumo, bem como a alterações no percentual gasto com cada tipo de bem ou serviço consumido. Essas transformações se inserem em uma estratégia de crescimento perseguida pelo Governo Federal a partir do primeiro mandato petista, tendo o consumo interno de massas como elemento dinâmico do crescimento da demanda (Plano Plurianual 2004). De fato, entre 2005 e 2010 o consumo das famílias contribuiu bastante para o crescimento do PIB (Contas Nacionais/ Ipeadata).

A proposta de transformar o Brasil em uma economia de consumo de massas tem origem no potencial de crescimento e de sustentação da demanda que seu mercado interno sempre possuiu, a despeito da alta concentração de renda. Adicionalmente, o consumo interno de bens duráveis – cuja produção tem maiores encadeamentos – possuía alta difusão mesmo em domicílios de baixa renda.

Por outro lado, a aparente inclusão das massas em um padrão de consumo moderno carece de um exame qualitativo que explicita para que tipos de despesas essa nova demanda está se direcionando. Além disso, uma estratégia de crescimento de consumo de massas pressupõe que esse mercado responderá pela maior parcela do consumo de bens e serviços modernos e conduzirá o crescimento da demanda. Embora de fato esse mercado esteja em crescimento, questiona-se se a sua participação no consumo total é efetivamente tão grande.

O objetivo do artigo é mostrar como o padrão de consumo das famílias brasileiras acompanhou as mudanças na distribuição de renda na década passada. Para tanto, serão analisados os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF – IBGE) em suas duas últimas edições – 2002/2003 e 2008/2009. Os dados serão segmentados por faixas de renda, regiões rurais/urbanas e regiões metropolitanas/não metropolitanas.

## **2. Retomada da Literatura: O consumo de massas e a discussão sobre distribuição de renda e mercados consumidores no Brasil.**

A proposta de crescimento econômico sustentado por uma combinação entre redistribuição de renda e expansão do consumo, da produção e do crédito tem alguma semelhança com o modelo praticado pelos EUA a partir do New Deal (1932). De acordo com Medeiros (2000), a recuperação econômica via expansão do padrão de consumo baseado em bens duráveis para as famílias de baixa renda foi possibilitada pelo “sloanismo” – modo de organização e produção desenvolvido a partir da General Motors que integrava a diferenciação dos produtos e a expansão do crédito ao consumidor na indústria de bens duráveis, em uma economia que já possuía uma estrutura de renda bem distribuída com altos salários.

A criação de vários modelos de um mesmo produto com diferenciais de preço e qualidade permitiu que as famílias de baixa renda aproximassem seu padrão de consumo ao das mais ricas, ao mesmo tempo em que passavam a almejar os modelos consumidos por essas famílias como uma forma de ganhar status (os chamados “position goods”). Ainda de acordo com Medeiros (1992), um mecanismo institucional de macroregulação de salários foi peça fundamental para a bem-sucedida experiência estadunidense pós-crise de 29, pois a estratégia *sloanista* exigiria um crescimento constante da massa de salários e da demanda. Esse crescimento foi possibilitado por dois fatores: a maior estabilidade das contratações e dos salários; e, associado a isto, a ampliação do crédito ao consumidor. Ambos garantiram um fluxo constante de vendas e pagamentos que a indústria de bens duráveis necessitava para manter seu crescimento.

Entretanto, nos grandes países da América Latina, a industrialização por substituição de importações não foi suficiente para superar certos entraves herdados do período colonial. De acordo com Pinto (1970), a herança da monocultura exportadora deixou uma contradição básica: a dissociação entre uma estrutura produtiva simples e uma demanda complexa e bastante heterogênea. Posteriormente, com o estrangulamento da capacidade de importar, esses países tiveram que readaptar sua produção interna ao padrão de demanda. Inicialmente, buscou-se atender a demanda da população de alta renda – ignorando o consumo da população de baixa renda.

Furtado (1968) dedicou-se a analisar as consequências das heterogeneidades do consumo no Brasil na década de 60. Para o autor, o período de estagnação que o país atravessava era reflexo da má distribuição de renda; Havia uma elevada parcela de trabalhadores subempregados, que consumiam muito pouco, enquanto uma pequena fração de famílias de alta renda que “espelhava” o padrão de consumo das classes abastadas estrangeiras, especialmente em bens duráveis. Como resultado, a demanda não gerava escala

suficiente para a indústria nacional de bens duráveis e esta se tornava estagnada, ao mesmo tempo em que o consumo das classes mais altas pressionava a balança comercial, e a baixa absorção de trabalhadores pela indústria intensiva em capital retroalimentava a desigualdade de renda.

De acordo com Furtado, a solução para tal impasse seria uma ampliação da produção de bens de consumo “populares”, cuja produção era intensiva em trabalho. Nesse sentido, a redistribuição da renda seria virtuosa, na medida em que ao mesmo tempo em que criaria demanda para esse tipo de bem, aumentaria a absorção de mão de obra por esse setor.

Tavares e Serra (1972) se contrapuseram à visão de Furtado. A estagnação do período seria decorrente do esgotamento do pacote de investimentos do Plano de Metas, e não de uma demanda sem escala suficiente. Era, portanto, um efeito cíclico. De acordo com os autores, o processo de concentração de renda ocorrido nos primeiros anos do governo militar foi funcional – embora de forma perversa tenha possibilitado o aumento da demanda por bens duráveis e uma retomada dos investimentos nacionais nesse setor.

Posteriormente, trabalhos que buscavam analisar a posse de bens duráveis por faixa de renda mostraram que, surpreendentemente (e ao contrário do que Furtado afirmava em 1965) a posse de um conjunto “básico” de bens duráveis (geladeira, fogão, televisão) era relevante mesmo para as famílias mais pobres. De acordo com Wells (1976), a concentração na distribuição de renda teria sido compensada pelos mecanismos de ampliação do crédito pessoal, que possibilitou o consumo de bens duráveis pelos mais pobres, enquanto o processo de urbanização teria tornado a posse desses bens essencial. Entretanto, Coutinho (1979b) e Sabóia (1983) chamaram atenção para o fato de que houve uma diversificação da produção (com o surgimento de produtos mais baratos) e a criação de um mercado de segunda mão para alguns produtos. Concluía-se que, quando expostos a um aumento da renda, mesmos os trabalhadores pobres passavam a consumir bens e serviços provenientes do setor “moderno”. Se isso ocorria, não havia mais a necessidade da concentração da renda para dinamizar a demanda e a produção nacional desse setor.

Tendo em vista a discussão anterior, Barros de Castro (1989) propôs um modelo de crescimento através de uma melhoria redistribuição de renda em favor das classes menos abastadas, que ampliaria de forma virtuosa o consumo e a sua produção. O aumento da produção, por sua vez, elevaria a produtividade da indústria por meio de economias de escala, o que levaria a uma nova rodada de crescimento do emprego e da renda. No entanto, devido à alta inflação e a crise da dívida externa dos anos 80 e às reformas liberalizantes dos anos 90, tal discussão ficou suspensa, somente voltando a entrar em pauta nos anos 2000, tanto devido

à retomada da estabilidade e do cenário externo favorável quanto ao esgotamento das reformas liberais e da retomada desenvolvimentista (Bielschowsky 2000).

### **3. Análise dos dados da POF - Metodologia**

A Pesquisa de Orçamentos Familiares tem o objetivo de mensurar as estruturas de consumo, de gasto e de rendimento das famílias brasileiras, buscando traçar o perfil das condições de vida da população a partir de seus orçamentos domésticos. Suas principais aplicações são a estrutura de gastos empregada nos cálculos dos índices de custo de vida e a identificação da parcela do consumo na renda nacional. Entretanto, a POF também serve para identificar prioridades na implantação de políticas públicas (IBGE 2005).

A última edição, mensurada entre 2008 e 2009, foi a quinta pesquisa de orçamentos familiares realizada pelo IBGE. Em suas duas últimas edições, a POF foi de abrangência nacional e buscou relacionar a estrutura das despesas não só com os níveis de rendimentos, mas também com características socioeconômicas, como condições de habitação e escolaridade dos moradores.

As informações das duas últimas pesquisas foram coletadas tomando como base um período de um ano, partindo do domicílio como a unidade amostral<sup>2</sup>. Cada domicílio pesquisado corresponde a uma parcela de domicílios de onde a amostra foi selecionada, ao qual foi atribuído um peso amostral que permite a obtenção de estimativas das quantidades para o universo da pesquisa.

Entretanto, a unidade básica de investigação e análise dos orçamentos é a Unidade de Consumo (UC), a qual compreende uma ou mais pessoas que dividem gastos com alimentação. Dessa forma, um domicílio pode compreender mais de uma unidade de consumo, embora esses casos sejam minoria. A POF lista os moradores de cada domicílio, bem como sua distribuição nas respectivas UC's.

As despesas listadas foram definidas como monetárias ou não monetárias. As primeiras são aquelas efetuadas através de um pagamento à vista ou a prazo, em dinheiro, cheque ou cartão, enquanto as demais correspondem a tudo o que é produzido pelos moradores, extraído da natureza ou recebido como doação; seus valores foram atribuídos pelos próprios informantes.

O total de despesas, monetárias e não monetárias, é dividido conforme o Plano Tabular do IBGE<sup>3</sup> em Despesas Correntes (de Consumo e Outras), Aumento do Ativo e Diminuição do Passivo. As Despesas de Consumo compreendem a aquisição de bens e

---

<sup>2</sup> Por Domicílio se entende a moradia estruturalmente separada e independente (IBGE 2005, 2010)

<sup>3</sup> Utilizado no cálculo dos índices de inflação.

serviços; se dividem pela finalidade em Alimentação, Habitação, Vestuário, Transporte, Higiene e Cuidados Pessoais, Assistência à Saúde, Educação, Recreação e Cultura, Fumo, Serviços Pessoais e Despesas Diversas. As Outras Despesas Correntes são impostos diretos, contribuições trabalhistas (incluindo previdência, pensões, doações e serviços bancários. O Aumento do Ativo compreende aquisição e reforma de imóveis e terrenos e outros tipos de investimentos pessoais, como títulos<sup>4</sup>. Já a redução do passivo se refere às quitações de dívida e prestações de imóveis.

Os rendimentos também são discriminados entre rendimentos monetários e não monetários. O primeiro grupo inclui rendimentos provenientes do trabalho, de transferências (aposentadoria, pensões, etc), rendimentos de aluguel e outros rendimentos esporádicos.<sup>5</sup> Já os rendimentos não monetários correspondem à contrapartida das despesas não monetárias.

Nas duas últimas pesquisas, enquanto os rendimentos dos últimos 12 meses eram observados, cada tipo de despesa foi associado a um período de apuração, de acordo com a sua frequência e regularidade. As despesas individuais cotidianas, como alimentação e transporte público, foram contabilizadas no período da coleta de dados. Já para as despesas coletivas que exigem um maior planejamento, empregava-se o período de 90 dias ou 12 meses, dependendo da periodicidade e do montante da despesa. Para evitar efeitos sazonais, as amostras foram realizadas de forma rotativa. As despesas foram contabilizadas por seu valor corrente, mas podem ser deflacionadas para a data de referência da pesquisa.<sup>6</sup>

A POF é liberada através de dois conjuntos de informações. O primeiro é constituído por dados agregados segundo um padrão pré-determinado de organização. O segundo constitui os microdados, que disponibilizam as informações de cada um dos domicílios investigados na amostra. As informações são divulgadas em diferentes registros, de acordo com características das variáveis usadas.

Todos os registros de despesas e rendimentos podem ser agrupados por sua unidade de consumo; é possível também separar UC's urbanas, rurais e pertencentes ou não a regiões metropolitanas. Alguns registros adotam a UC como unidade de referência para as despesas e rendimentos, enquanto outros adotam os moradores. Em todos, cada entrada de dados está atrelada ao valor do rendimento total médio mensal de seu domicílio. Para a comparação dos resultados das duas últimas edições, todos os registros de cada uma delas foram

---

<sup>4</sup> A partir da edição de 2002-2003, gastos com aquisição de veículos foram deslocados do aumento do ativo para despesas de consumo com transporte (IPEA 2008).

<sup>5</sup> Para efeitos de comparação dos rendimentos das duas edições, os rendimentos monetários acrescidos da variação patrimonial na edição de 2008-2009 equivalem aos rendimentos monetários da pesquisa anterior. (Hoffman 2012)

<sup>6</sup> Para os procedimentos de deflacionamento dos dados da pesquisa, foram utilizados diferentes indexadores em função das características dos bens e serviços e dos diversos tipos de rendimentos.

compatibilizados pela referida UC e agrupadas em um único registro de despesas mensais totais e rendimentos mensais totais<sup>7</sup>. As despesas foram recortadas e somadas conforme as categorias do Plano Tabular do IBGE.

Em ambas as edições, os dados amostrais foram pesados pelo fator de expansão domiciliar. A variável utilizada para cálculos da soma das despesas é a média anual do valor despesa anualizado e deflacionado.<sup>8</sup> Gastos e receitas não monetários foram excluídos.

Para definição das faixas de renda, as unidades de consumo foram divididas em cinco grupos conforme a sua posição na distribuição da renda média mensal monetária domiciliar per capita<sup>9</sup> em cada uma das edições. A divisão em cinco grupos pretende seguir a tabulação de Aníbal Pinto (1976) de 50% mais pobres, 10% mais ricos e um grupo médio. Os 50% mais pobres, por sua vez, foram divididos em dois subgrupos, até os 20% mais pobres e os restantes. O grupo intermediário também foi dividido ao meio. O objetivo é manter a relação da estratificação de rendimentos com a estrutura de oferta.

A análise dos microdados da POF será dividida em duas partes. O primeiro corte de dados será uma breve descrição da evolução das principais características demográficas e sociais das famílias brasileiras durante a década. A segunda parte da análise da POF será dedicada à comparação da distribuição percentual das despesas totais em categorias de despesa, conforme a segmentação do Plano Tabular do IBGE. A distribuição total do consumo será confrontada com a distribuição em cada uma das faixas, de modo a identificar a relação entre tendências do consumo e variações para cada faixa de renda. As distribuições serão calculadas a partir da participação da soma de cada categoria de despesa (e por faixa de renda) no total. Também será estimada a participação da soma das despesas de cada faixa de renda no total do mercado para cada uma das categorias. O mesmo procedimento será repetido entre famílias residentes em áreas rurais ou urbanas e para regiões metropolitanas<sup>10</sup>.

#### **4. Tendências demográficas e Condições de Vida**

O crescimento populacional estimado pela POF entre 2003 e 2009 foi de 2,3%, conforme apresentado na tabela 4.1. Dentre as faixas de renda per capita, as que apresentaram

---

<sup>7</sup> Embora todas as tabelas de despesas tragam o rendimento mensal da unidade de consumo, há despesas monetárias correntes que estão listadas nas tabelas de rendimento, como é o caso das contribuições trabalhistas referentes ao trabalho dos moradores.

<sup>8</sup> O valor da despesa anualizado e deflacionado (VAD) corresponde ao valor da despesa do item declarado na POF multiplicado pelo fator de anualização do item e por seu deflator.

<sup>9</sup> Na edição de 2008-2009, tomou-se como base para comparação a renda monetária somada à variação patrimonial.

<sup>10</sup> No corte dos microdados da edição de 2002-2003, os domicílios urbanos do DF foram incorporados às regiões metropolitanas. Apesar da pesquisa não trata-los como tal, a mudança da metodologia poderia implicar alterações significativas.

maior crescimento populacional foram as faixas situadas entre o segundo e quinto decil e a dos 10% mais ricos. A população das regiões metropolitanas (RM) cresceu mais do que a média nacional – e, portanto, mais do que a das regiões não metropolitanas – enquanto a população urbana cresceu proporcionalmente muito mais que a rural (Tabelas 4.2). Como resultado, as famílias urbanas e metropolitanas tiveram um pequeno aumento na participação na população total (tabelas 4.3 e 4.4).

**Tabela 4.1 – Crescimento Populacional por faixas de renda 2003-2009 <sup>(\*)</sup>**

Faixas de Renda	População
Até o 2º decil	2,4%
Entre o 2º e o 5º decil	3,6%
Entre o 5º e o 7º decil	1,0%
Entre o 7º e o 9º decil	0,3%
Acima do 9º decil	4,1%
<b>Total</b>	<b>2,3%</b>

(\*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

**Tabela 4.2 – Crescimento Populacional 2003-2009 por Divisão Regional <sup>(\*)</sup>**

Regiões	Domicílios	População
RM's	11,6%	2,7%
Rural	14,6%	1,9%
Urbano	16,9%	7,1%

(\*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

**Tabela 4.3 – Evolução da Participação dos Domicílios Rurais e Urbanos no Total <sup>(\*)</sup>**

Regiões	2002/2003		2008/2009	
	Domicílios	População	Domicílios	População
Rural	16%	18%	15%	17%
Urbano	84%	82%	85%	83%

(\*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

**Tabela 4.4 – Evolução da Participação dos Domicílios em Regiões Metropolitanas <sup>(\*)</sup>**

Regiões	2002/2003		2008/2009	
	Domicílios	População	Domicílios	População
Fora das RM's	68%	68%	69%	68%
RM's	32%	32%	31%	32%

(\*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Entre as duas últimas edições, a POF captou uma valorização real<sup>11</sup> da renda per capita familiar de 14,2%. Para as famílias até os 50% mais pobres, essa valorização foi ainda maior

<sup>11</sup> A valorização real da renda média e da renda per capita média foi calculada descontando-se a valorização de cada uma das grandezas em termos de salários mínimos pela valorização real do salário mínimo entre as datas de referência das duas edições da POF – aproximadamente 39%. (Fonte: IPCA- IBGE)



(tabela 4.5 e 4.6). Isso decorre tanto do maior crescimento da renda mensal média familiar nas famílias de baixa renda quanto da maior redução percentual do número médio de moradores por domicílio. Enquanto essa última é uma tendência demográfica que já vinha sendo observada, a primeira pode ser explicada como consequência do efeito positivo da valorização do salário mínimo e do aumento das contratações nos postos de salário-base.

**Tabela 4.5 – Evolução da renda média e da renda real per capita – faixas de renda<sup>12</sup> (\*)**

Faixas de Renda	2002/2003			2008/2009		
	Renda média	Média de moradores	Renda per capita média	Renda média	Média de moradores	Renda per capita média
Até o 2º decil	240	4,8	51	476	4,4	111
Entre o 2º e o 5º decil	597	3,6	164	1076	3,4	322
Entre o 5º e o 7º decil	1095	3,3	327	1806	3,0	603
Entre o 7º e o 9º decil	2202	3,1	706	3305	2,8	1190
Acima do 9º decil	6653	2,6	2735	9902	2,4	4422
<b>Total</b>	1551	3,6	539	2430	3,3	919

(\*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

**Tabela 4.6 – Valorização Real da Renda – faixas de renda (\*)**

Faixa de Renda	Evolução da renda real média	Evolução da renda real média per capita
Até o 2º decil	33,0%	46,0%
Entre o 2º e o 5º decil	21,0%	32,0%
Entre o 5º e o 7º decil	11,0%	23,0%
Entre o 7º e o 9º decil	1,0%	13,0%
Acima do 9º decil	0,0%	8,0%
<b>Total</b>	5,0%	14,2%

(\*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE e do IPCA-IBGE

Na edição de 2002/2003, as famílias urbanas possuíam renda per capita média quase três vezes maior do que as das famílias rurais e as famílias que habitavam regiões metropolitanas tinham renda per capita em média maior que as demais. Entre as duas pesquisas, o crescimento da renda per capita média foi maior para as famílias rurais e habitantes de áreas não metropolitanas, o que reforça a dimensão da redução da desigualdade.

Em seu registro de domicílios, a POF aborda diversas variáveis relacionadas a condições de habitação. Aqui, foram tomadas como representativas o acesso a esgoto e a água encanada. Na pesquisa de 2002/2003, chamava a atenção a grande desigualdade de acesso a esgoto e água encanada e a alta proporção de domicílios que não tinha acesso a nenhum dos dois serviços, sobretudo naquelas até o quinto decil para água canalizada e até o sétimo para

<sup>12</sup> As rendas estão a preços correntes.

esgoto. Entre 2003 e 2009, o acesso à água encanada cresceu consideravelmente, sobretudo entre as famílias mais pobres (tabela 4.7). O acesso a esgoto também cresceu (tabela 4.8.), embora em menor escala. A desigualdade no acesso aos dois serviços reduziu, embora a parcela de domicílios sem acesso a um ou outro ainda seja muito alta.

**Tabela 4.7– Acesso a água encanada por faixa de renda** <sup>(\*)</sup>

Abastecimento de Água				
Faixas de Renda	2002/2003		2008/2009	
	Canalizada	Sem canalização	Canalizada	Sem canalização
Até o 2º decil	66%	34%	78%	22%
Entre o 2º e o 5º decil	88%	12%	93%	7%
Entre o 5º e o 7º decil	96%	4%	97%	3%
Entre o 7º e o 9º decil	99%	1%	99%	1%
Acima do 9º decil	99%	1%	100%	0%
<b>Total</b>	88%	12%	93%	7%

(\*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

**Tabela 4.8– Acesso a esgoto por faixa de renda** <sup>(\*)</sup>

Acesso a Esgoto						
Faixas de Renda	2002/2003			2008/2009		
	Não possui	Outro	Rede Geral	Não possui	Outro	Rede Geral
Até o 2º decil	20%	56%	24%	12%	61%	28%
Entre o 2º e o 5º decil	6%	54%	40%	3%	51%	46%
Entre o 5º e o 7º decil	2%	43%	55%	1%	41%	58%
Entre o 7º e o 9º decil	1%	31%	69%	0%	31%	69%
Acima do 9º decil	0%	18%	82%	0%	20%	81%
<b>Total</b>	7%	44%	50%	4%	44%	53%

(\*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

## 5 -Evolução dos padrões de consumo das famílias brasileiras

A tabela 5.1 evidencia o primeiro resultado dos ganhos de renda real no orçamento das famílias brasileiras entre 2003 e 2009. Em média, tanto a participação das despesas nos rendimentos<sup>13</sup> quanto a propensão a consumir caíram. As famílias puderam dispor de um pequeno incremento da parcela da renda destinada à poupança. Abrindo por faixas de renda, observa-se que na edição de 2002/2003 as famílias até o sétimo decil gastavam em média mais do que ganhavam, enquanto que as famílias até o quinto decil consumiam mais do que ganhavam. Na edição de 2008/2009, as famílias situadas até o quinto decil tanto gastavam quanto consumiam mais do que recebiam. Enquanto as três primeiras faixas de renda

<sup>13</sup> As despesas anuais superam os rendimentos em algumas faixas de renda por conta de compras realizadas a prazo, via cartão de crédito e por crédito informal. Empréstimos estão contabilizados nos rendimentos monetários.

reduziram sua propensão a gastos e consumo, as duas últimas aumentaram – o efeito líquido agregado foi de redução em ambas as propensões.

**Tabela 5.1 – Evolução da participação das despesas totais e de consumo na renda** (\*)

Faixas de Renda	2002		2009	
	Despesas/ Renda	Propensão ao Consumo	Despesas/ Renda	Propensão ao Consumo
Até o 2º decil	188%	178%	155%	145%
Entre o 2º e o 5º decil	120%	111%	108%	100%
Entre o 5º e o 7º decil	104%	93%	96%	85%
Entre o 7º e o 9º decil	91%	79%	92%	78%
Acima do 9º decil	69%	55%	72%	56%
<b>Total</b>	90%	77%	89%	76%

(\*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

A tabela 5.2 mostra a evolução da participação das diferentes categorias de despesas nas despesas monetárias totais. De início, chama à atenção a elevada participação de despesas com Alimentação, Habitação e Transporte no orçamento das famílias brasileiras. Despesas com Alimentação, Vestuário, Fumo, Saúde, Educação e Recreação, Despesas Diversas e Outras Despesas Correntes perderam participação, enquanto Habitação, Transportes, Aumento do Ativo e Redução do Passivo ganharam. A queda de participação em Alimentação, Vestuário e Fumo repete tendências das pesquisas anteriores.

**Tabela 5.2 – Participação nas Despesas Totais** (\*)

	2002/2003	2008/2009
<b>1. Alimentação</b>	<b>19,3%</b>	<b>18,5%</b>
<b>2. Habitação</b>	<b>21,7%</b>	<b>22,6%</b>
<b>3. Vestuário</b>	<b>5,4%</b>	<b>5,3%</b>
<b>4. Transporte</b>	<b>18,4%</b>	<b>19,7%</b>
<b>5. Higiene e Cuidados</b>	<b>2,2%</b>	<b>2,3%</b>
<b>6. Saúde</b>	<b>6,9%</b>	<b>6,8%</b>
<b>7. Educação</b>	<b>4,2%</b>	<b>3,1%</b>
<b>8. Recreação</b>	<b>2,3%</b>	<b>1,9%</b>
<b>9. Fumo</b>	<b>0,7%</b>	<b>0,6%</b>
<b>10. Serviços Pessoais</b>	<b>1,1%</b>	<b>1,1%</b>
<b>11. Despesas Diversas de Consumo</b>	<b>3,1%</b>	<b>3,0%</b>
<b>Despesas de Consumo (1 a 11)</b>	<b>85,3%</b>	<b>84,9%</b>
<b>12. Outras Despesas Correntes</b>	<b>6,2%</b>	<b>5,1%</b>
<b>Despesas Correntes (1 a 12)</b>	<b>91,5%</b>	<b>90,0%</b>
<b>Aumento do Ativo</b>	<b>5,4%</b>	<b>7,2%</b>
<b>Redução do Passivo</b>	<b>2,4%</b>	<b>2,6%</b>

(\*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Abrindo para as faixas de renda (tabela 5.3), vemos que em ambas as edições chama à atenção a participação mais elevada das despesas com Alimentação em casa, Habitação, Higiene e Fumo nas famílias até o quinto decil. Enquanto Alimentação e Habitação representam despesas essenciais, artigos de higiene, assim como os próprios alimentos, são bens de consumo não duráveis, de baixo valor agregado e por isso podem ser consumidos com maior frequência por famílias mas pobres. As demais categorias tem maior participação no total das despesas nas faixas de renda mais altas. De um modo geral, estão mais relacionadas à contratação de serviços, a impostos e contribuições ou à aquisição de bens duráveis de alto valor unitário, como imóveis e automóveis.

Entre 2003 e 2009, Alimentação em casa e Fumo perderam participação em todas as faixas de renda, enquanto Habitação e Transportes ganharam e as demais categorias tiveram comportamentos distintos. A queda do gasto com alimentação era esperada em função da redistribuição de renda. No caso brasileiro, porém, duas características chamam a atenção: primeiro, a alta desigualdade na participação com Alimentação em casa. Segundo, despesas correlacionadas a ocupações formais, como serviços bancários, impostos e contribuições trabalhistas e aquisição de imóveis, são muito inexpressivas nas duas faixas de renda mais baixas nas duas edições da pesquisa.

**Tabela 5.3 – Participação nas Despesas Totais por Faixa de Renda <sup>(\*)</sup>**

	2002/2003					2008/2009				
<b>Faixa de Renda</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
1. Alimentação	38%	30%	23%	18%	12%	33%	26%	21%	17%	11%
1.1 Alimentação em casa	34%	26%	18%	13%	8%	29%	21%	16%	12%	6%
1.2 Alimentação fora de casa	4%	4%	5%	5%	5%	4%	5%	5%	5%	6%
2. Habitação	24%	24%	24%	22%	20%	24%	25%	24%	22%	21%
3. Vestuário	6%	7%	6%	5%	4%	7%	7%	6%	5%	4%
4. Transporte	12%	14%	17%	21%	21%	13%	16%	19%	21%	22%
5. Higiene e Cuidados	3%	3%	3%	2%	2%	4%	3%	3%	2%	2%
6. Saúde	5%	6%	7%	7%	7%	6%	6%	7%	7%	7%
7. Educação	1%	2%	3%	5%	6%	2%	2%	3%	4%	4%
8. Recreação	1%	2%	2%	3%	3%	2%	2%	2%	2%	2%
9. Fumo	1%	1%	1%	1%	0%	1%	1%	1%	0%	0%
10. Serviços Pessoais	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
11. Despesas Diversas Consumo	2%	2%	3%	3%	4%	2%	2%	3%	3%	4%
<b>Despesas de Consumo (1 a 11)</b>	<b>95%</b>	<b>92%</b>	<b>89%</b>	<b>87%</b>	<b>79%</b>	<b>94%</b>	<b>92%</b>	<b>89%</b>	<b>85%</b>	<b>78%</b>
12. Outras Despesas Correntes	2%	3%	5%	6%	9%	2%	3%	4%	5%	7%
<b>Despesas Correntes (1 a 12)</b>	<b>96%</b>	<b>95%</b>	<b>93%</b>	<b>93%</b>	<b>88%</b>	<b>96%</b>	<b>95%</b>	<b>93%</b>	<b>90%</b>	<b>84%</b>
Aumento do Ativo	3%	3%	4%	5%	8%	3%	3%	5%	6%	12%
Redução do Passivo	1%	1%	2%	3%	3%	1%	2%	3%	3%	3%

(\*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Abrindo as despesas com Alimentação (tabela 5.2a), observa-se que a queda foi puxada pela perda de participação das despesas com alimentação em casa, mas contrabalançada pelo aumento da participação em alimentação fora de casa – sobretudo com almoços, jantares e bebidas.

**Tabela 5.2a – Participação nas Despesas com Alimentação <sup>(\*)</sup>**

	2002/2003	2008/2009
<b>1. Alimentação</b>	<b>19,3%</b>	<b>18,5%</b>
<b>1.1 Alimentação em casa</b>	<b>14,7%</b>	<b>13,1%</b>
<b>1.2 Alimentação fora de casa</b>	<b>4,6%</b>	<b>5,4%</b>
1.2.1 Almoço e jantar	2,3%	3,3%
1.2.2 Bebidas não-alcóolicas	0,1%	0,4%
1.2.3 Lanches	1,9%	1,0%
1.2.4 Bebidas Alcóolicas	0,1%	0,4%
1.2.5 Outros	0,2%	0,3%

(\*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Quando aberto em subcategorias, a maior participação da categoria “Alimentação Fora de Casa” nas famílias mais ricas deve-se principalmente às maiores despesas com almoço e jantar. Entre as duas edições da POF, a queda percentual na participação em alimentação no domicílio foi alta nas famílias até os 50% mais pobres, mais moderada entre o quinto e o nono decil da renda per capita e muito alta acima dessa última faixa (tabela 5.3a). Em contrapartida, o percentual de despesas com Alimentação fora de casa cresceu para todas as faixas de renda e em taxas quase opostas ao movimento da alimentação em casa, puxado pelo aumento das despesas com almoço e jantar - o que indica que houve uma substituição, sobretudo entre as famílias do último decil.

**Tabela 5.3a – Participação nas Despesas com Alimentação por Faixa de Renda <sup>(\*)</sup>**

	2002/2003					2008/2009				
<b>Faixas de Renda</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
1. Alimentação	38%	30%	23%	18%	12%	33%	26%	21%	17%	11%
1.1 Alimentação em casa	34%	26%	18%	13%	8%	29%	21%	16%	12%	6%
1.2 Alimentação fora de casa	4%	4%	5%	5%	5%	4%	5%	5%	5%	6%
1.2.1 Almoço e jantar	1%	1%	2%	3%	3%	2%	2%	3%	3%	4%
1.2.2 Bebidas não-alcóolicas	0%	0%	0%	0%	0%	1%	1%	1%	0%	0%
1.2.3 Lanches	2%	2%	2%	2%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
1.2.4 Bebidas Alcóolicas	0%	0%	0%	0%	0%	1%	1%	1%	0%	0%

(\*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

O ganho de participação das despesas com Habitação foi puxado por Aluguéis, Condomínio, Manutenção do Lar e Eletrodomésticos (tabela 5.2.b). O aumento das duas primeiras categorias pode ser atribuído tanto ao aumento da demanda quanto a um hipotético

aumento dos preços. É necessário observar também o que o ocorreu com os preços dos móveis e eletrodomésticos. O crescimento da categoria “Manutenção do Lar” chama a atenção por incluir serviços domésticos.

Observa-se que a redução da importância das taxas de energia, água e gás, determinam a diminuição do peso da categoria no orçamento para famílias mais ricas. (tabela 5.3b). Entretanto, crescem conforme a renda a participação dos alugueis, do condomínio e das taxas de telefone, tvê por assinatura e internet e manutenção do lar.

Entre as duas pesquisas as despesas com habitação cresceram sobretudo a partir do sétimo decil, devido ao aumento da participação de aluguéis, taxa de condomínio e manutenção do lar no total.

**Tabela 5.2b – Participação nas Despesas com Habitação <sup>(\*)</sup>**

	2002/2003	2008/2009
<b>2. Habitação</b>	<b>21,7%</b>	<b>22,6%</b>
2.1 Aluguel	1,9%	2,3%
2.2 Condomínio	0,9%	1,1%
2.3 Energia elétrica	2,8%	2,9%
2.4 Telefone, pacote de tv e internet	3,3%	3,3%
2.5 Gás doméstico	1,4%	1,0%
2.6 Água e esgoto	1,0%	1,1%
2.7 Outros serviços e taxas	0,6%	0,6%
2.8 Manutenção do lar e artigos de limpeza	5,5%	5,9%
2.9 Mobiliários	2,2%	2,1%
2.10 Eletrodomésticos	2,1%	2,3%

(\*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

**Tabela 5.3b – Participação nas Despesas com Habitação por Faixa de Renda <sup>(\*)</sup>**

	2002/2003					2008/2009				
Faixas de Renda	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
<b>2. Habitação</b>	<b>24%</b>	<b>24%</b>	<b>24%</b>	<b>22%</b>	<b>20%</b>	<b>24%</b>	<b>25%</b>	<b>24%</b>	<b>22%</b>	<b>21%</b>
2.1 Aluguel	2%	2%	2%	2%	2%	2%	3%	3%	3%	2%
2.2 Condomínio	0%	0%	0%	1%	2%	0%	0%	0%	1%	2%
2.3 Energia elétrica	4%	4%	4%	3%	2%	4%	4%	4%	3%	2%
2.4 Telefone, pacote de	2%	3%	4%	4%	3%	2%	3%	4%	4%	3%
2.5 Gás doméstico	4%	3%	2%	1%	1%	3%	2%	1%	1%	0%
2.6 Água e esgoto	2%	2%	1%	1%	0%	2%	2%	2%	1%	1%
2.7 Outros serviços e	0%	0%	1%	1%	1%	0%	0%	0%	1%	1%
2.8 Manutenção do lar	5%	5%	5%	5%	6%	5%	5%	5%	6%	7%
2.9 Mobiliários	3%	3%	2%	2%	2%	3%	3%	2%	2%	2%
2.10 Eletrodomésticos	3%	3%	2%	2%	2%	3%	3%	3%	2%	2%

(\*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

O aumento da participação das despesas com Transportes deveu-se, sobretudo, à aquisição de veículos (tabela 5.2d). Essas despesas cresceram mais para as famílias até sétimo

decil, puxadas por gastos associados a automóveis. Ainda assim, as despesas com transporte público cresceram também até essa faixa de renda (tabela 5.3.d).

**Tabela 5.2d – Participação nas Despesas com Transporte (\*)**

	2002/2003	2008/2009
<b>4. Transporte</b>	<b>18,4%</b>	<b>19,7%</b>
4.1 Transporte Urbano	2,9%	2,9%
4.2 Combustível	4,1%	4,0%
4.3 Manutenção	2,0%	2,1%
4.4 Aquisição de veículos	6,9%	8,1%
4.5 Outras despesas	2,5%	2,6%

(\*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

**Tabela 5.3 d – Participação nas Despesas com Transporte por Faixa de Renda (\*)**

	2002/2003					2008/2009				
<b>Faixas de Renda</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
<b>4. Transporte</b>	<b>12%</b>	<b>14%</b>	<b>17%</b>	<b>21%</b>	<b>21%</b>	<b>13%</b>	<b>16%</b>	<b>19%</b>	<b>21%</b>	<b>22%</b>
4.1 Transporte Urbano	5%	5%	4%	3%	1%	5%	5%	4%	3%	1%
4.2 Combustível	2%	2%	4%	5%	5%	2%	3%	4%	5%	4%
4.3 Manutenção	1%	1%	2%	3%	2%	1%	2%	2%	3%	2%
4.4 Aquisição Veículos	3%	4%	5%	8%	9%	3%	5%	6%	9%	11%
4.5 Outras despesas	2%	2%	2%	3%	3%	1%	2%	2%	3%	4%

(\*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

As despesas com Saúde tiveram uma pequena queda na participação, também repetindo a tendência anterior. A decomposição da categoria (tabela 5.2e) mostra que a queda foi puxada por despesas avulsas com consultas, exames e hospitalização, enquanto medicamentos e planos de saúde ganharam participação. Essas mudanças são compatíveis com o aumento da adesão aos planos de saúde ocorrido no período.

**Tabela 5.2e – Participação nas Despesas com Saúde (\*)**

	2002/2003	2008/2009
<b>6. Saúde</b>	<b>6,9%</b>	<b>6,8%</b>
6.1 Medicamentos	2,8%	2,9%
6.2 Planos de Saúde	1,9%	2,2%
6.3 Consultas e Exames	1,3%	0,9%
6.4 Hospital e Cirurgias	0,4%	0,3%
6.5 Tratamentos	0,4%	0,4%
6.6 Outras	0,1%	0,1%

(\*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

O padrão de consumo em Saúde é mais intensivo em medicamentos para as famílias mais pobres, e em planos de saúde, consultas e tratamentos para as mais ricas. (tabela 5.3.e).

Entre as duas pesquisas, as despesas com Saúde tiveram um pequeno aumento para as famílias até o quinto decil e uma pequena queda nas demais; o efeito líquido foi negativo. O aumento no percentual gasto com Saúde das famílias mais pobres foi causado tanto pelo deslocamento de para remédios (na 1ª faixa) quanto para planos de saúde (na 2ª faixa).

**Tabela 5.3e – Participação nas Despesas com Saúde por Faixa de Renda<sup>(\*)</sup>**

	2002/2003					2008/2009				
Faixas de Renda	100%	200%	300%	400%	500%	100%	200%	300%	400%	500%
<b>6. Saúde</b>	<b>5%</b>	<b>6%</b>	<b>7%</b>	<b>7%</b>	<b>7%</b>	<b>6%</b>	<b>6%</b>	<b>7%</b>	<b>7%</b>	<b>7%</b>
6.1 Medicamentos	4%	4%	3%	3%	2%	5%	4%	3%	3%	2%
6.2 Planos de Saúde	0%	1%	2%	2%	3%	0%	1%	2%	3%	3%
6.3 Consultas e Exames	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
6.4 Hospital e Cirurgias	0%	0%	0%	0%	1%	0%	0%	0%	0%	0%
6.5 Tratamentos	0%	0%	0%	0%	1%	0%	0%	0%	0%	1%

(\*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Já as despesas com Educação tiveram, individualmente, a maior perda percentual. Decompondo a categoria (tabela 5.2f), observa-se que praticamente todas suas subcategorias perderam participação. O movimento surpreende, já que em períodos de valorização real das despesas em todas as faixas de renda era de se esperar que a participação das despesas com Educação respondesse positivamente. Pode-se adotar a hipótese de que essa queda ocorreu tanto pelo aumento dos preços quanto pela pressão de outras categorias de despesas mais essenciais. .

**Tabela 5.2f – Participação nas Despesas com Educação<sup>(\*)</sup>**

	2002/2003	2008/2009
<b>7. Educação</b>	<b>4,2%</b>	<b>3,1%</b>
7.1 Curso regular	1,3%	0,8%
7.2 Curso superior	1,4%	1,0%
7.3 Outros cursos	0,8%	0,8%
7.4 Livros didáticos	0,1%	0,1%
7.5 Artigos escolares	0,3%	0,2%
7.6 Outras	0,3%	0,2%

(\*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

As despesas com Educação tem participação maior nas faixas de renda mais altas por conta dos cursos (regulares, superiores ou extracurriculares), conforme tabela 5.3f. Entre as pesquisas, o movimento foi semelhante à Saúde. O aumento da participação nas famílias até o



quinto decil foram puxados por um pequeno aumento da participação de cursos – que caíram para as faixas mais ricas.

**Tabela 5.3f – Participação nas Despesas com Educação por Faixas de Renda <sup>(\*)</sup>**

	2002/2003					2008/2009				
<b>Faixas de Renda</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
<b>7. Educação</b>	<b>1%</b>	<b>2%</b>	<b>3%</b>	<b>5%</b>	<b>6%</b>	<b>2%</b>	<b>2%</b>	<b>3%</b>	<b>4%</b>	<b>4%</b>
7.1 Curso regular	0%	0%	1%	2%	2%	0%	0%	1%	1%	1%
7.2 Curso superior	0%	0%	1%	2%	2%	0%	0%	1%	1%	1%
7.3 Outros cursos	0%	0%	1%	1%	1%	0%	0%	1%	1%	1%
7.4 Livros didáticos	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
7.5 Artigos escolares	1%	1%	0%	0%	0%	1%	0%	0%	0%	0%

(\*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Vale ressaltar que Saúde e Educação têm serviços gratuitamente ofertados pelo setor público; a queda de sua participação pode significar, também, que se está recorrendo aos serviços públicos com maior frequência.

A queda da participação nas despesas com Recreação – que é maior conforme a renda - também foi relevante e pode ser explicada por motivos semelhantes à da Educação e da Saúde: ganharam participação até o quinto decil e perderam nos demais. Já o movimento das despesas com Fumo reflete uma tendência cultural, em parte explicada por políticas públicas voltadas para a redução do tabagismo. As demais categorias de despesas de tiveram variações muito pequenas.

O crescimento da categoria Aumento do Ativo foi inteiramente puxado pela aquisição de imóveis, enquanto o da redução de passivo foi dominado pela amortização de empréstimos (tabela 5.2h). O crescimento das duas categorias é compatível com o a valorização do salário real e com a expansão do emprego formal. A redução da propensão a consumir, juntamente com esse aumento da participação das despesas com amortização de empréstimos, mostra que as famílias brasileiras muito se beneficiaram do aumento de rendimentos para reorganizar suas contas.

Ambas as categorias tem maior participação entre as famílias mais ricas, puxadas por empréstimos e aquisições de imóveis – e ambas ganharam ou mantiveram participação em todas as faixas. Os empréstimos cresceram muito até o sétimo decil, enquanto a aquisição de imóveis cresceu mais entre o quinto e o nono (tabela 3.3.3h).

**Tabela 5.2h – Aumento do Ativo e Redução do passivo (\*)**

	2002/2003	2008/2009
<b>13.Aumento do Ativo</b>	<b>5,4%</b>	<b>7,2%</b>
13.1 Aquisição de imóvel	3,0%	4,8%
13.2 Reforma de imóvel	2,4%	2,3%
<b>14.Redução do Passivo</b>	<b>2,4%</b>	<b>2,6%</b>
14.1 Empréstimo	1,3%	1,8%
14.2 Prestação de imóvel	1,1%	0,8%

(\*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

**Tabela 5.3h – Aumento do Ativo e Redução do passivo por faixas de renda (\*)**

	2002/2003					2008/2009				
Faixas de Renda	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
<b>Aumento do Ativo</b>	<b>3%</b>	<b>3%</b>	<b>4%</b>	<b>5%</b>	<b>8%</b>	<b>3%</b>	<b>3%</b>	<b>5%</b>	<b>6%</b>	<b>12%</b>
Aquisição de imóvel	1%	1%	1%	2%	6%	1%	1%	2%	4%	9%
Reforma de imóvel	2%	2%	3%	3%	2%	2%	2%	3%	2%	2%
<b>Redução do Passivo</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>	<b>2%</b>	<b>3%</b>	<b>3%</b>	<b>1%</b>	<b>2%</b>	<b>3%</b>	<b>3%</b>	<b>3%</b>
Empréstimo	0%	1%	1%	2%	2%	1%	1%	2%	2%	2%
Prestação de imóvel	1%	1%	1%	1%	2%	0%	1%	1%	1%	1%

(\*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Conclui-se que entre 2003 e 2009, o padrão de consumo agregado não apresentou grandes transformações – ao menos quando comparadas à dimensão do movimento de redistribuição de renda. A principal mudança captada pela POF foi o direcionamento das despesas para a aquisição de bens duráveis: imóveis, automóveis apresentaram um crescimento bastante relevante na participação, enquanto eletrodomésticos também ganharam espaço. De um modo geral, cresceu a participação de despesas típicas de trabalhadores assalariados formais, que exigem financiamento e rendimentos mensais constantes - dentre as quais a aquisição de bens duráveis se encaixa - bem como os aluguéis e condomínio, os planos de saúde e o pagamento de empréstimos.

Adicionalmente, entre as duas edições da POF houve uma pequena homogeneização da repartição das despesas em diferentes faixas de renda. No entanto, podem ser observadas duas respostas distintas do consumo em relação às transformações do período. Para as famílias até os 50% mais pobres, o aumento da renda permitiu gastar uma proporção muito menor – ainda que alta - de seu orçamento com alimentos e deslocar gastos para todas as demais categorias. A partir da terceira faixa de renda, o aumento da renda permitiu gastar menos com alimentos e com outros bens de consumo não duráveis, como roupas e artigos de higiene pessoal. Entretanto, destinaram uma parcela menor do orçamento a categorias de despesas tipicamente mais relevantes nas famílias mais ricas, como saúde, educação e

recreação. Uma hipótese é de que isso tenha acontecido por pressão de preços relacionados a Habitação, Transportes, Aumento do Ativo e Redução do Passivo, deslocando gastos para essas categorias, que tiveram em comum o crescimento puxado pela aquisição de bens duráveis. A homogeneização dos padrões de consumo entre as diversas faixas ocorreu, portanto, porque as famílias mais pobres diversificaram o seu gasto, enquanto as de renda mais alta concentraram em algumas categorias. Essas tendências distintas estão de acordo com o que ocorreu na propensão a consumir: enquanto as famílias mais pobres usaram o aumento da renda para poupar mais, as famílias mais ricas estão consumindo mais.

É interessante observar ainda que a faixa do meio – entre o quinto e o sétimo decil – seguiu o comportamento das faixas de renda mais pobres em algumas categorias de despesas e dos mais ricos em outras. Isso implica a necessidade de maior cuidado ao classificar as famílias entre quinto e o nono decil de distribuição de renda como uma classe média homogênea.

## **6) Padrões de Consumo Regionais**

Quando aberto por secções regionais, o padrão de consumo médio apresenta especificidades. A tabela 6.1 mostra que quanto maior a renda per capita média da região menor a participação média das despesas e da renda no consumo. Tanto famílias rurais quanto urbanas e habitantes das regiões metropolitanas reduziram a proporção de despesas e consumo.

Decompondo as despesas em grandes categorias, pode se observar que quanto maior a renda per capita da secção regional, as famílias gastam uma proporção menor de seu orçamento com categorias ligadas ao consumo de bens não duráveis, como Alimentação em casa, Vestuário e Higiene e Cuidados<sup>14</sup>, em favor das categorias relacionadas a serviços, como saúde, educação, serviços pessoais e alimentação fora de casa. (Tabela 6.2) Entretanto, a questão da urbanização também influi na distribuição das despesas, o que fica evidente pelo alto gasto com habitação das famílias metropolitanas em relação às demais e pelo alto gasto com transporte das famílias rurais, a despeito de sua baixa renda per capita (provavelmente resultado da dificuldade de deslocamento).

Entre as duas edições da pesquisa, os padrões de consumo para as três segmentações seguiram as tendências nacionais. Entretanto, as variações foram mais intensas para as famílias rurais, aproximando seu padrão de consumo daquele das famílias das demais regiões.

---

<sup>14</sup> Por motivos de simplificação, na análise regional foram trabalhadas apenas as categorias de despesa agregadas por finalidade, sem suas subdivisões.

**Tabela 6.1 – Participação das Despesas na Renda e Propensão a Consumir, por Divisão Regional <sup>(\*)</sup>**

	2002/2003		2008/2009	
	Despesas/Renda	Propensão a Consumir	Despesas/Renda	Propensão a Consumir
RM	87%	74%	86%	73%
Rural	95%	85%	93%	82%
Urbana	89%	77%	82%	69%

(\*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

**Tabela 6.2 – Evolução da Participação nas Despesas por Divisão Regional <sup>(\*)</sup>**

	2002/2003			2008/2009		
	Urbano	Rural	RM's	Urbano	Rural	RM's
<b>1. Alimentação</b>	<b>18,7%</b>	<b>29,8%</b>	<b>17,7%</b>	<b>17,7%</b>	<b>25,0%</b>	<b>17,1%</b>
1. Alimentação em Casa	14,0%	26,0%	12,4%	12,3%	21,1%	11,0%
1.2. Alimentação fora de casa	4,7%	3,8%	5,3%	5,4%	3,9%	6,1%
<b>2. Habitação</b>	<b>16,4%</b>	<b>17,4%</b>	<b>22,5%</b>	<b>23,3%</b>	<b>18,6%</b>	<b>23,9%</b>
<b>3. Vestuário</b>	<b>3,1%</b>	<b>5,8%</b>	<b>4,7%</b>	<b>5,1%</b>	<b>5,7%</b>	<b>4,6%</b>
<b>4. Transporte</b>	<b>21,3%</b>	<b>21,0%</b>	<b>18,5%</b>	<b>19,4%</b>	<b>22,6%</b>	<b>19,3%</b>
<b>5. Higiene e cuidados</b>	<b>2,7%</b>	<b>2,6%</b>	<b>2,1%</b>	<b>2,3%</b>	<b>2,8%</b>	<b>2,1%</b>
<b>6. Saúde</b>	<b>8,4%</b>	<b>6,5%</b>	<b>6,6%</b>	<b>6,9%</b>	<b>6,4%</b>	<b>6,7%</b>
<b>7. Educação</b>	<b>5,2%</b>	<b>1,4%</b>	<b>5,2%</b>	<b>3,3%</b>	<b>1,4%</b>	<b>3,7%</b>
<b>8. Recreação</b>	<b>2,7%</b>	<b>1,1%</b>	<b>2,8%</b>	<b>2,1%</b>	<b>1,2%</b>	<b>2,2%</b>
<b>9. Fumo</b>	<b>0,9%</b>	<b>1,0%</b>	<b>0,6%</b>	<b>0,5%</b>	<b>0,7%</b>	<b>0,5%</b>
<b>10. Serviços pessoais</b>	<b>1,3%</b>	<b>0,6%</b>	<b>1,1%</b>	<b>1,1%</b>	<b>0,8%</b>	<b>1,2%</b>

(\*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

## 7. Evolução da Participação no Mercado

As tabelas 7.1 mostram a participação das faixas de renda no total das despesas de cada uma das categorias de despesa nas duas últimas edições da POF. A parte esquerda da tabela, com os dados do início do período, evidencia que com exceção da Alimentação em casa e do Fumo – cuja participação de cada faixa de renda é próxima e à participação na população - todas as categorias tem sua demanda concentrada do sétimo decil para cima. As categorias mais concentradas nas famílias de renda mais alta são Educação, Outras Despesas Correntes e Aumento do Ativo.

**Tabela 7.1 – Evolução da participação das faixas de renda no total do mercado, por categoria de despesa <sup>(\*)</sup>**

Participação no Mercado										
	2002/2003					2008/2009				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Alimentação em casa	14%	26%	20%	23%	17%	15%	26%	19%	25%	15%
Alimentação fora de casa	5%	14%	16%	31%	33%	6%	15%	16%	29%	34%
Habitação	7%	17%	18%	28%	30%	7%	18%	17%	28%	30%
Vestuário	8%	19%	19%	29%	25%	9%	20%	18%	27%	25%
Transporte	4%	12%	15%	32%	37%	5%	13%	14%	27%	40%
Higiene e Cuidados	9%	21%	21%	28%	21%	10%	23%	20%	26%	20%
Saúde	5%	14%	16%	29%	36%	5%	15%	16%	29%	35%
Educação	2%	6%	12%	37%	45%	3%	9%	13%	35%	39%
Recreação	3%	11%	15%	33%	38%	5%	14%	15%	29%	37%
Fumo	12%	27%	21%	22%	17%	14%	28%	22%	22%	14%
Serviços Pessoais	5%	15%	16%	31%	33%	6%	16%	17%	30%	31%
Despesas Diversas de Consumo	4%	13%	14%	27%	43%	5%	13%	14%	27%	40%
Outras Despesas Correntes	2%	7%	13%	28%	51%	3%	10%	13%	29%	45%
Aumento do Ativo	3%	9%	12%	25%	50%	3%	7%	11%	25%	54%
Redução do Passivo	2%	9%	13%	33%	43%	3%	12%	16%	30%	40%

(\*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Entre as duas edições, com exceção de Aumento do Ativo, as famílias até o quinto decil de renda per capita ganharam participação em todas as categorias de despesa, em detrimento da participação das famílias a partir do sétimo decil. Vimos anteriormente que as famílias do último decil expandiram a participação das despesas com aquisição de veículos e imóveis em detrimento de outras categorias de despesas, o que condiz com o aumento da participação no mercado de ambos os bens.

De modo geral, é possível dizer que durante o período analisado o padrão de divisão dos mercados esteve ainda mais constante que o padrão de consumo. Embora as faixas de renda mais baixas tenham ganhado participação, o fizeram de forma muito sutil.

Além disso, os mercados são também mais concentrados nas famílias urbanas e das regiões metropolitanas. As despesas são mais próximas da repartição populacional entre rural-urbano / RM-fora nas categorias de despesas associadas a bens de consumo não duráveis, como alimentação, vestuário, higiene e cuidados e fumo. Nas demais categorias há uma concentração de despesas na região com maior renda per capita média (urbana e metropolitana, respectivamente).

Entre as duas edições da pesquisa, a divisão das despesas entre famílias rurais e urbanas e dentro e fora de regiões metropolitanas também seguiu a influência das tendências demográficas e de renda. A participação das famílias urbanas cresceu um pouco em todas as categorias de despesas, em proporção próxima à variação da participação populacional.

(tabela 7.2). Do mesmo modo, a participação das famílias não-metropolitanas nos mercados também cresceu (tabela 7.3); entretanto, devido ao efeito da maior valorização da renda média per capita dessas famílias, o crescimento da participação nos mercados foi superior ao crescimento na participação populacional.

**Tabela 7.2 – Evolução da participação das famílias residentes em áreas rurais ou urbanas no total do mercado, por categoria de despesa <sup>(\*)</sup>**

Participação no mercado				
	2002/2003		2008/2009	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
<b>Alimentação</b>	87%	13%	88%	12%
Alimentação fora de casa	94%	6%	94%	6%
<b>Habitação</b>	93%	7%	94%	6%
<b>Vestuário</b>	91%	9%	93%	7%
<b>Transporte</b>	91%	9%	92%	8%
<b>Higiene e Cuidados</b>	90%	10%	92%	8%
<b>Saúde</b>	92%	8%	93%	7%
<b>Educação</b>	96%	4%	98%	2%
<b>Recreação</b>	96%	4%	96%	4%
<b>Fumo</b>	89%	11%	90%	10%
<b>Serviços Pessoais</b>	95%	5%	95%	5%
<b>Despesas Diversas de Consumo</b>	92%	8%	93%	7%
<b>Outras Despesas Correntes</b>	95%	5%	96%	4%
<b>Aumento do Ativo</b>	93%	7%	92%	8%
<b>Redução do Passivo</b>	92%	8%	95%	5%

(\*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

**Tabela 7.3 – Evolução da participação das famílias residentes em regiões metropolitanas ou fora delas no total do mercado, por categoria de despesa <sup>(\*)</sup>**

Participação no mercado				
	2002/2003		2008/2009	
	Fora	RM's	Fora	RM's
Alimentação	65%	35%	66%	34%
Alimentação fora de casa	51%	49%	53%	47%
Habitação	41%	59%	57%	43%
Vestuário	60%	40%	64%	36%
Transporte	56%	44%	60%	40%
Higiene e Cuidados	61%	39%	64%	36%
Saúde	58%	42%	59%	41%
Educação	47%	53%	52%	48%
Recreação	48%	52%	36%	64%
Fumo	62%	38%	62%	38%
Serviços Pessoais	55%	45%	58%	42%
Despesas Diversas de Consumo	57%	43%	61%	39%
Outras Despesas Correntes	51%	49%	55%	45%
Aumento do Ativo	60%	40%	58%	42%
Redução do Passivo	51%	49%	60%	40%

(\*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

## 8. Considerações Finais

Em resumo, a análise da evolução das despesas das famílias brasileiras entre 2003 e 2009 mostrou que, a despeito da intensa valorização de rendimentos ocorrida no período – sobretudo nas famílias até o quinto decil da renda per capita – o padrão de consumo pouco se alterou. Chama a atenção o descompasso que há entre as transformações nos rendimentos e nas condições de vida e as mudanças no padrão de consumo. A valorização da renda média e da renda per capita, e a melhoria em acesso a esgoto, água encanada e educação parecem ter sido muito mais intensas do que as pequenas mudanças no padrão de consumo, tanto agregado quanto por faixas de renda e regiões.

A maior transformação ocorreu justamente no padrão de consumo das famílias mais pobres, que beneficiadas pela alta valorização da renda puderam reduzir a parcela de seus gastos essenciais com alimentação doméstica e diversificar seu padrão de consumo, passando a consumir outros bens e serviços. Por outro lado, as famílias mais ricas direcionaram seus gastos para imóveis e para a aquisição de bens duráveis de alto valor unitário. Em todas as faixas de renda e divisões regionais, as famílias aumentaram suas despesas com amortização de empréstimos e reduziram sua propensão a consumir, aliviando o endividamento. O resultado líquido foi uma maior aproximação do padrão de consumo entre famílias mais ricas e mais pobres, ainda que em pequena escala.

Entretanto, quando se observa a evolução da participação por faixa de renda e por divisões regionais no total do mercado de cada categoria, as transformações parecem ainda mais sutis. É como se o crescimento do consumo das famílias mais pobres tivesse sido mais relevante para as próprias famílias beneficiadas do que em termos agregados.

Os padrões de despesas regionais acompanharam as tendências nacionais, tornando-se menos desiguais entre famílias residentes em áreas rurais e urbanas ou residentes em áreas metropolitanas ou fora delas. Cresceu um pouco a participação das famílias em zonas rurais, enquanto as famílias residentes fora das regiões metropolitanas tiveram um crescimento relevante na participação. Todas essas regiões apresentam renda per capita mais baixa do que a de sua região complementar.

Por outro lado, mudanças no padrão de consumo apresentam rigidezes e respondem com alguma defasagem a alterações na renda. O período decorrido entre as duas edições da POF é relevante para a estimação de novas cestas de consumo utilizadas em índices de preços, mas possivelmente é muito curto para se observar nitidamente tendências gerais de evolução do padrão de consumo. Seria necessário observar uma futura edição da POF para validar a

hipótese de que a redistribuição de renda pouco alterou o padrão de consumo das famílias e a participação por faixas de renda nos mercados.

## **Bibliografia**

**BALTAR, P.** “Projeto PIB Estudo Transversal 3 – Estrutura do Emprego e da Renda” , Campinas, Agosto de 2009

**BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; S. FRANCO, S.** “O papel das transferências públicas na queda recente da desigualdade de renda brasileira”. In: BARROS, R. P. de;

**BIELSCHOWSKY, R.** “Crescimento pelo mercado interno de massas”, in Partido dos Trabalhadores, Subsídios para o Debate, 2002

**CASTRO, A.B.** “Consumo de Massas e Retomada do Crescimento – Sugestões para uma estratégia.” Texto preparado para o Planejamento Estratégico. Banco do Brasil, 1989 (mimeo), e para o INAE – Instituto Nacional de Altos Estudos – Fórum de Desenvolvimento, promovido pelo BNDES em maio de 1990.

**COUTINHO, M.** “Distribuição de Renda e Padrões de Consumo: Alguns autores em torno da tradição cepalina”, ensaios FEE, v-1 n-1, 1979 (a)

**COUTINHO, M.** “Padrões de consumo e distribuição de renda no Brasil”. Dissertação (Mestrado) –Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1979(b)

**DINIZ, B. P. C. et al.** “As pesquisas de orçamentos familiares no Brasil”. In: SILVEIRA, F. G.; et al (Org.). Gasto e Consumo das Famílias Brasileiras Contemporâneas. Brasília: IPEA, p. 17-74, 2007(a)

**FURTADO, C.** “Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

**FURTADO, C.** “Análise do Modelo Brasileiro, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.

**HOFFMANN, R.** Transferências de renda e redução da desigualdade no Brasil em cinco regiões entre 1997 e 2004, Econômica, v. 8, n. 1, 2006.

**IBGE** - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, edições 2002 a 2009.

**IBGE** - Pesquisa de Orçamentos Familiares, edição 2002/2003 – Publicação 2005.

**IBGE** - Pesquisa de Orçamentos Familiares, edição 2008/2009 – Publicação 2010.

**Ipeadata** [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)

**MEDEIROS, C.A** “High Wage Economy, Sloanism and Fordism: the American experience during the Golden Age”, Contributions to Political Economy, CPES, 2000.



**MEDEIROS, C.A** “A Evolução da Composição da Demanda das Famílias Brasileiras entre 2003-2009”, dez. 2012.

**MEDEIROS, C.A.** (1992) “Padrões de Industrialização e Ajuste Estrutural: Um Estudo Comparativo dos Regimes Salariais em Capitalismos Tardios”. São Paulo: UNICAMP. Tese (Doutorado) Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.** Plano Plurianual 2004- 2007 Mensagem Presidencial. Brasília: MP, 2003.

**NERI, M.** “A Nova Classe Média: O Lado mais brilhante da pirâmide”. Saraiva, São Paulo, 2011.

**PINTO (1970)** A “Heterogeneidade Estrutural e o modelo de desenvolvimento recente”. In **SERRA, José.** Cord. América Latina, ensaios de interpretação econômica. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. p. 44-82

**PINTO (1976)** “Notas sobre os estilos de desenvolvimento na América Latina”. In: **BIELSCHOWSKY, R.** (Org.).”Cinquenta anos de pensamento na Cepal”. Rio de Janeiro: Record, v. 2, 2000 (1976).

**POCHMANN, M.**, “Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira”, São Paulo, Boitempo Editorial 2012

**SABOIA, J.** “As causas da difusão da posse dos bens de consumo duráveis no Brasil” Rio de Janeiro, Programa Nacional de Pesquisa Econômica (PNPE) (National Program of Economic Research), Série Fac-Simile no 4, 1983.

**SABOIA, J.** “Efeitos do Salário Mínimo sobre a Distribuição de Renda no Brasil no Período 1995/2005 – Resultados de Simulações”. Econômica, vol. 9, junho 2007.

**SOARES, S.,** “O impacto distributivo do salário mínimo: A distribuição individual dos rendimentos do trabalho”. Texto para Discussão, n. 873, IPEA, Rio de Janeiro, 2002.

**SOCHAZCEWSKI, A.** “Políticas de crescimento e o futuro do Brasil”, In: Políticas para a Retomada do Crescimento: reflexões de economistas brasileiros.

Org. Ricardo Bielschowsky e Carlos Mussi / IPEA, Rio de Janeiro, 2002

**TAVARES, M.C. e SERRA, J.** "Além da estagnação." Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1972.

**ULYSSEA, G.; FOGUEL, M.,** “Efeitos do salário mínimo sobre o mercado de trabalho brasileiro”. Texto para Discussão, n. 1168, IPEA, Rio de Janeiro, 2006.

**WELLS, J.** “Subconsumo, tamanho de mercado e padrões de gastos familiares no Brasil”. São Paulo, Brasileiro de Ciências, 1976. (Estudos Cebrap, 17)